

ÓLEO NO NORDESTE

Estatal venezuelana descarta envolvimento

A empresa estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA) informou ontem que, até o momento, nenhum de seus clientes ou subsidiárias relatou a ocorrência de vazamento de petróleo de origem venezuelana próximo à costa brasileira. Em nota, a petrolífera afirmou não haver evidências de derramamentos de óleo nos campos de petróleo

da Venezuela que possam ter atingido a região Nordeste, causando danos ao ecossistema marinho brasileiro. “Reiteramos que não recebemos nenhum relatório no qual nossos clientes e/ou subsidiárias relatam uma possível avaria ou vazamento nas proximidades da costa brasileira, cuja distância com nossas instalações de pe-

tróleo é de aproximadamente 6.650 km, via marítima”, sustentou a PDVSA.

O ministro do Petróleo da Venezuela, Manuel Quevedo, também descartou ontem a hipótese de que a PDVSA ou o Estado venezuelano tenham qualquer responsabilidade pelo petróleo que atinge a costa brasileira. Em Brasília, durante reunião ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, reafirmou que as autoridades brasileiras ainda desconhecem a origem do óleo, embora, segundo ele, o resultado das análises técnicas realizadas pela Petrobras apontem a “compatibilidade” entre o resíduo recolhido no litoral nordestino e o óleo venezuelano. “A Marinha identificou todos os barcos que trafegaram pela costa brasileira e está investigando”, comentou Salles, ao lembrar que a Polícia Federal e órgãos ambientais também apuram o caso.

CARLOS VANNONI / ESTADÃO CONTEÚDO / CP



Marinha do Brasil, órgãos ambientais e PF investigam o caso

AGENDA DE DESENVOLVIMENTO

Inova RS avança para mais regiões no RS

ITAMAR AGUIAR / PALÁCIO PIRATINI / CP

Ao dar continuidade ao projeto que pretende incluir o RS no mapa global da inovação, o governador Eduardo Leite participou ontem do evento Marco Zero na Região Metropolitana e Litoral Norte, do programa Inova RS, no Tecnopuc, na Capital. Lançado em agosto, o Inova RS é primeira iniciativa da atual gestão em prol da inovação tecnológica e integra a agenda de desenvolvimento. O programa contempla as regiões Metropolitana e Litoral Norte; Sul; Fronteira Oeste e Campanha; Central; Noroeste e Missões; Produção e Norte; Serra e Hortênsias; e Vales.

O Marco Zero já foi lançado nas regiões Central (Santa Maria), Produção e Norte (Passo Fundo), dos Vales (Lajeado), Serra e Hortênsias (Caxias do Sul). Na próxima semana, será a vez da Região Sul e, em novembro, nas demais. “Este programa de inovação não é a inovação feita pelo governo. É justamente a articulação promovi-



Eduardo Leite esteve no 'Marco Zero' no Tecnopuc e destacou o programa

da pelo poder público para que empresários, sociedade e academia possam criar ambiente necessário para que o RS possa se destacar pelo talento empreendedor na área de inovação e na nova economia. Quem vai fazer este programa somos todos nós”, afirmou Leite.

A ideia é que, até 2030, o RS seja referência global em inovação. Para o secretário de Inova-

ção, Ciência e Tecnologia, Luís Lamb, é fundamental que a inovação, a ciência e a tecnologia estejam no centro de uma estratégia de desenvolvimento. O evento contou ainda com a presença do reitor da PUCRS, Evilázio Teixeira, do reitor da Feevale, Cleber Prodanov, do coordenador do Inova RS, Jorge Audy, e do prefeito da Capital, Nelson Marchezan Júnior.

CONGRESSO

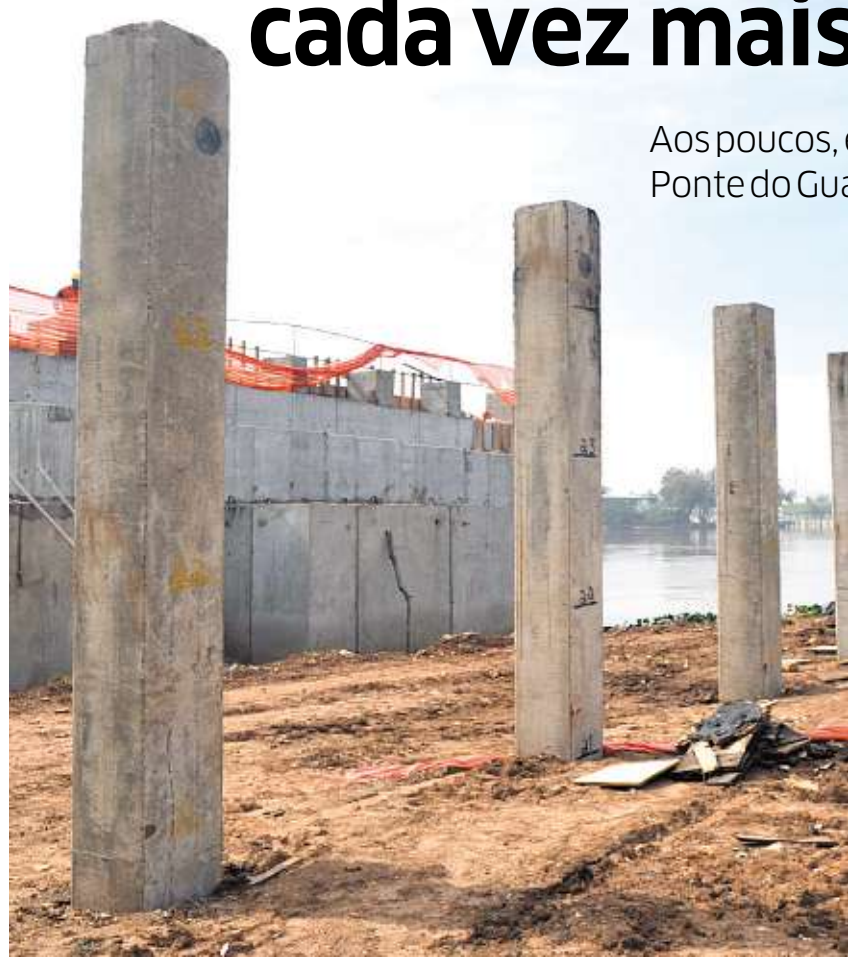
Urbanização e espaço público em debate

Urbanização e o uso do espaço público são alguns dos temas que estão sendo debatidos no Congresso Brasileiro de Arquitetos, que segue até amanhã na Capital. Reunindo profissionais de todo país, o evento adotou um formato descentralizado, com atividades em diversos pontos do centro da cidade.

Com essa postura, os organizadores pretendem aproximar a população dos temas debatidos. O presidente do Instituto

de Arquitetos do Brasil do RS (IAB/RS), Rafael Pavan dos Passos, espera que com essa organização diferente, a sociedade dê mais atenção a assuntos que por vezes ficam restritos à categoria. “Para que a cidade olhe de uma outra forma para a arquitetura e possa participar e debater sobre a arquitetura, o patrimônio histórico e espaços públicos”, explica. Ele avalia que estes assuntos interferem cada vez mais na vida

em sociedade. “A humanidade hoje é uma civilização urbana, então todas as escalas: arquitetura, urbanismo e planejamento urbano são fundamentais para nossa organização em termos de sociedade no espaço.” A abertura do congresso teve a palestra da arquiteta urbanista Erminia Maricato, que demonstrou grande preocupação com a vida das pessoas nas grandes cidades, em especial os moradores de regiões periféricas.

Canteiro de obra
cada vez maisAos poucos,
Ponte do Guaíba

De acordo com uma nota emitida pelo Dnit, a obra é uma das prioridades do governo

Pouco a pouco as mais de 1,1 mil famílias vão deixando suas casas para que o novo traçado da Ponte do Guaíba tenha continuidade. No lugar que antes havia as edificações, hoje demolidas, há um canteiro de obras. De acordo com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), o programa de reassentamento da construção da nova Ponte do Guaíba realizou, até 1º de outubro, a mudança de 344 famílias afetadas diretamente pela obra. Outras 167 já fizeram acordos e estão com o processo de aquisição dos seus imóveis em andamento.

Através de nota, o Dnit enalteceu que a obra é uma das priorida-

des do governo federal e segue dentro do cronograma esperado. Conforme o departamento, 88% dos serviços estão concluídos. Com 12,3 quilômetros de extensão, a estrutura terá investimento total de aproximadamente R\$ 786 milhões. Deste montante, já foram disponibilizados pouco mais de R\$ 652 milhões. A expectativa da autarquia é concluir os serviços em abril de 2020.

No início de outubro, o içamento da última aduela da ponte chamou a atenção pela complexidade do trabalho. A atividade exigiu o uso de um equipamento especial para su- bir a peça pré-moldada de 102 toneladas. Foram 33 minutos até a estrutura chegar ao ponto de instala-

PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

Entidades criticam decreto nº 9.727

Dezoito entidades que representam associações que atuam na área da preservação do patrimônio histórico cultural brasileiro vão ingressar com uma representação junto à Procuradoria-Geral da República e aos Ministérios Públicos dos estados nos próximos dias. O documento, que está sendo formatado em Porto Alegre, durante as atividades do 21º Congresso Brasileiro de Arquitetos, busca denunciar que o decreto nº 9.727/2019, não vem sendo cumprido pelo governo federal uma vez que as recentes nomeações não obedecem aos critérios de qualificação técnica, conforme previsto. O esforço das entidades pela preservação do patrimônio culminou no lançamento do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural, grupo que também pretende denunciar e combater o desmonte do Instituto do Patrimônio Histórico Ar-

tístico Nacional (Iphan), ontem, Praça da Alfândega, um dos espaços da cidade que abriga atividades do congresso até amanhã. O 21º CB, promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), em parceria com diversas outras entidades.

O documento vai relatar, conforme as entidades, “os ataques que o corpo técnico do Iphan vem sofrendo nos últimos meses com a substituição de cargos essencialmente técnicos e qualificados e totalmente voltados para preservação do patrimônio, por indicações de cunho político”. O documento que será remetido à PGR e aos MPs chamará a atenção para substituições arbitrárias de superintendentes do Iphan, especialmente nos estados de Goiás, Minas Gerais, Paraná, Distrito Federal e vai expor o corte orçamentário do Iphan, que teve seus recursos reduzidos em 72%.